

CPI define estratégia hoje no CE

FORTALEZA – A CPI instaurada pela Assembléia Legislativa do Ceará para apurar possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do Fundef vai reunir-se hoje para definir uma estratégia para analisar cada uma das denúncias apresentadas contra 82 das 184 prefeituras cearenses. A partir de agora, segundo o presidente da Assembléia, deputado Wellington Landim, novos critérios regerão a CPI, não se permitindo o desvio de seus objetivos. “Vamos começar praticamente do zero”, assinalou Landim, ao explicar que “na primeira fase da CPI, 27 denúncias foram rejeitadas pelo critério de admissibilidade e 13 outras por pressões políticas”.

A reação de Landim foi provocada pela ameaça de renúncia do presidente da CPI, Paulo Linhares, do PSDB, e do relator Artur Bruno, do PT, que entendiam que o destino da CPI estava sendo transformado em pizza. As maiores denúncias apresentadas na CPI, na sua primeira fase, foram contra empresas que capacitavam e habilitavam professores

leigos com preços superfaturados. A CPI constatou também que prefeitos desviaram recursos do Fundef, aplicando-os em shows com bandas baianas, bufês, alugueis de veículos, fretes inexistentes, compra de gasolina e até fogos.

Auxílio – Parte das irregularidades contatadas na aplicação dos recursos do Fundef no País são resultado da falta de informação dos dirigentes. É o que diz o presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), Êfrem Maranhão. “As irregularidades muitas vezes não ocorrem por má-fé, mas por desconhecimento”, diz Maranhão.

Para resolver o problema, pelo menos em Pernambuco, o presidente da Associação Municipalista do Estado, Sérgio de Miranda, tomou a iniciativa de firmar convênio com o Tribunal de Contas do Estado para treinar os gestores municipais. “O Fundef é muito novo e há prefeitos que cometem erros de interpretação”, observa Miranda.